



# PANTURQUISMO EM XINJIANG E NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE O SEPARATISMO E A INTEGRAÇÃO

Victor Carneiro Corrêa Vieira

*é Doutorando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército com bolsa sanduíche no*

*War Studies Department do King's College of London. King's College of London,*

*London, United Kingdom. E-mail: victorccvieira@gmail.com*

*Orcid: 0000-0002-3982-2322*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-269301/109>

O anúncio da iniciativa do Cinturão Econômico da Rota da Seda em viagem do presidente Xi Jinping ao Cazaquistão, em setembro de 2013, apresentaria um plano de investimentos em infraestrutura capaz de ligar a China à Europa, passando pela Ásia Central e o Oriente Médio. O projeto, parte da iniciativa Um Cinturão, Uma Rota, ou Cinturão e Rota, 一带一路 *yidai yilu* (ICR), a qual também compreende a Rota da Seda Marítima, evidencia o senso de oportunidade do Partido Comunista Chinês (PCCh) ao se aproveitar da redução da influência russa e americana na Ásia para consolidar sua liderança política e econômica na região.

A vocação integradora da iniciativa perpassa assuntos econômicos, energéticos, científicos, culturais, educacionais, de saúde e de trânsito de pessoas. Para isso, impõe maior atenção ao controle de instabilidades e ao terrorismo<sup>1</sup> na

---

<sup>1</sup> O termo terrorismo contém amplo número de definições, o que dificulta uma interpretação universal do seu significado. Para evitar uma ampla interpretação do sentido que a palavra cumpre neste artigo, optamos pela acepção de terrorismo como, “por um lado, uma *doutrina* sobre a presumível efetividade de uma forma ou tática especial de violência política coercitiva geradora de medo e, por outro lado, uma *prática* conspiratória de ação violenta direta calculada, demonstrativa, sem restrições legais ou morais, visando principalmente civis e não combatentes, realizadas por seus efeitos propagandísticos e psicológicos em várias audiências e partes em conflito” (Schmid, 2011, p. 86, tradução nossa, grifos nossos).

região. Essa preocupação foi diretamente tratada por Xi Jinping em discurso realizado em 14 de maio de 2017, no Fórum Cinturão e Rota, no qual ressaltou que, no período recente, “conflito, turbulência, crise e desafio” passaram a ser associados a algumas regiões da antiga Rota da Seda. Para superar esse obstáculo, Xi clama por ações coordenadas com o objetivo de “intensificar esforços de combate ao terrorismo, abordar seus sintomas e suas causas profundas e [que] se esforce para erradicar a pobreza, o atraso e a injustiça social” (Xi Jinping, 2017, tradução nossa).

Dessa forma, Xi evidencia que uma análise da ICR restrita à perspectiva da política externa e da interação entre estados está fadada a limitar-se a apenas uma parcela da sua importância, ao ignorar que os impasses relevantes para a compreensão da elaboração dessa estratégia não são apenas regionais, mas também domésticos. A iniciativa pretende converter as regiões de fronteira nos principais eixos de comunicação da República Popular da China (RPC) com o exterior, valendo-se da proximidade cultural e étnica de suas províncias fronteiriças, tais como Xinjiang, Tibete e Mongólia Interior, com vizinhos.

Esse entendimento foi realçado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma no documento *Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*, que especifica as vantagens comparativas de cada uma das regiões da China, a começar pela Região Autônoma Uigur de Xinjiang:

Devemos aproveitar as vantagens geográficas de Xinjiang e seu papel como uma janela de abertura para o oeste para aprofundar a comunicação e cooperação com os países da Ásia Central, do Sul e do Oeste, tornando-o um centro-chave de transporte, comércio, logística, cultura e ciência, e uma área central no Cinturão Econômico da Rota da Seda.

(China, 2015, tradução nossa)

Diretamente relacionada à doutrina do “Sonho chinês”,<sup>2</sup> a estratégia fomenta sentimentos nacionalistas, ao mesmo tempo que sinaliza um esforço para integrar os 56 grupos étnicos que compõem a população chinesa (China, 2016). Esse desejo por uma integração nacional está diretamente relacionado aos interesses estratégicos e econômicos traçados pelo governo chinês, para os quais Xinjiang impõe desafios específicos derivados da atuação dos movimentos separatistas uígures.

Para compreender o impacto que as instabilidades podem exercer sobre a concretização da ICR, é necessário pensar a atuação do Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (Mito) e do Partido Islâmico do Turquestão (PIT) para além das suas ações em Xinjiang, ou até mesmo na China. Isso deriva do fato de tratar-se de um ator não estatal e, como tal, não ter no território um limite para seus atos. Somado a isso, devem ser consideradas as interações entre o PIT e outros atores regionais e globais, tais como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), o Talibã, a Al Qaeda e, mais recentemente, o grupo Estado Islâmico (EI),<sup>3</sup> devido ao caráter transnacional desses atores, que não podem ser compreendidos sem uma análise que englobe a região em que se inserem.

271

---

<sup>2</sup> Definida por Xi Jinping como o “Sonho Chinês do rejuvenescimento da nação chinesa significa que vamos fazer a China próspera e forte, rejuvenescer a nação, e trazer felicidade para o povo chinês”, fundando bases para um patriotismo “guiado pelo pensamento estratégico de que apenas o desenvolvimento fará a diferença, e tomará firmemente o crescimento econômico como a tarefa central” (Xi Jinping, 2014a, tradução nossa).

<sup>3</sup> Muitos debates foram levantados sobre a nomenclatura usada para se referir ao EI. O grupo, que já mudou seu nome inúmeras vezes, é referido em trabalhos acadêmicos e jornalísticos como ISIS, ISIL, Da'ish ou Daesh. A partir do desenvolvimento do grupo, que levou à adoção de diversos nomes, e tendo consciência dos debates linguísticos acerca disso, este artigo opta pelo uso da sigla EI em razão desta referir-se a Estado Islâmico e ser a forma como o grupo se denomina no presente. O uso da sigla serve também para diferenciar o grupo das aspirações de movimentos políticos islâmicos de consolidação de um estado fundado na Sharia, evitando, ainda, uma ofensa a governos e populações islâmicas não jihadistas (Jones et al., 2017; Napoleoni, 2014).

Este artigo está dividido de forma a tratar na primeira parte sobre o processo de formação e crescimento do movimento radical islâmico na Ásia Central após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), focando especificamente no MIU, em sua relação com a Al Qaeda, Talibã e EI, mas sem deixar de abordar o surgimento de outros grupos uzbeques. Inclui, ainda, o combate promovido pelo governo do Uzbequistão, a aliança dos governos centro-asiáticos com os Estados Unidos durante a guerra do Afeganistão e a formação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS).

272 Já a segunda seção é responsável por uma breve descrição histórica de Xinjiang, seguida pela análise dos uigures; o surgimento do Mito e a mudança para o PIT; e a percepção do PCCh da janela de oportunidade aberta a partir da “guerra ao terror” promovida pelo governo Bush para obter legitimidade internacional para combater os separatistas. Foi a partir do reconhecimento estadunidense de grupos separatistas uigures como terroristas que se desencadeou uma série de políticas que combinava desenvolvimento com repressão na manutenção do controle social em Xinjiang.

A terceira parte começa com a política de Desenvolvimento do Grande Oeste, de 2000, a qual definiu o desenvolvimento como instrumento essencial para combater as instabilidades na região, e acompanha a evolução dessas políticas até o segundo Fórum Central de Trabalho de Xinjiang, de 2014. Como resposta aos embates entre hans e uigures de 2009, a estratégia do governo chinês foi estabelecer zonas econômicas especiais em Kashgar Khorgas para desenvolver economicamente a região, partindo da crença de que ganhos econômicos se traduziriam em conformação social.

A última divisão do artigo aborda o recente reforço repressivo do Estado no combate ao separatismo. Ao identificar o ano de 2014 como ponto de inflexão no qual as políticas coercitivas assumiram protagonismo na dissuasão

do ímpeto separatista, o artigo foca nas estratégias de homogeneização cultural a partir da ampliação do contato entre quadros do partido e famílias uigures, e da condução de indivíduos considerados extremistas para os centros de educação e treinamento vocacional.

O artigo conclui que as instabilidades provocadas por conflitos étnicos internos e pelo radicalismo islâmico da Ásia Central apresentam grave ameaça ao projeto integrador chinês. As denúncias internacionais de instalação de centros de reeducação como campos de internação em massa para muçulmanos uigures alimentam as críticas por parte do Ocidente ao Estado chinês, o qual argumenta que se trata de centros voltados para a educação vocacional e treinamento.<sup>4</sup> Entretanto, a banalização do conceito de terrorismo por parte do governo chinês e a insegurança provocada na parcela uigur da população quanto à perseguição à sua cultura e religião podem desencadear um resultado diverso do esperado pelo PCCh, impulsionando a aproximação entre os uigures e grupos radicais islâmicos.

273

## **Ásia Central, a ameaça terrorista e os interesses geopolíticos**

O desmantelamento da URSS e o surgimento dos novos estados da Ásia Central, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, em dezembro de 1991, foram acompanhados de um período de crise econômica e de uma profunda mudança política na região, cujo paralelo só pode ser traçado com o período da Revolução de 1917, quando surgiu a URSS. Contudo, se em 1917 a imposição do regime soviético esmagou a aspiração de independência das elites regionais, divididas

---

<sup>4</sup> Este artigo não irá se aprofundar no debate sobre a terminologia adequada para tratar dos centros construídos na China por não fazer parte do escopo, ainda que apresente algumas críticas oriundas do Ocidente e respostas por parte da China. Esse debate poderá ser retomado em artigo futuro.

em profundas lutas ideológicas entre islamismo, tribalismo, nacionalismo e socialismo, e incapazes de estabelecer uma liderança coerente capaz de cooptar as massas; em 1991, parte dessa elite havia sido cooptada pelo socialismo soviético<sup>5</sup> e rejeitava a emancipação, temerosa do avanço islâmico (Rashid, 1995).

A Ásia Central foi um importante centro do pensamento islâmico ainda nos primeiros séculos do islamismo, que se consolidou como elemento central na formação identitária das populações locais. Entretanto, seja sob a dominação czarista russa seja sob a soviética, a repressão à prática islâmica sempre esteve listada entre as prioridades do governo, que considerava a religião como reacionária e atrasada, e a identidade muçulmana como um empecilho para a consolidação do *Homo sovieticus* (Hunter, 2013). Apesar do profundo impacto negativo que as diversas políticas anti-islâmicas soviéticas tiveram nas regiões muçulmanas, a Revolução Iraniana e a derrota da URSS na guerra contra o Afeganistão alimentaram a percepção do islã como instrumento político emancipatório.

A expansão do islamismo político<sup>6</sup> na Ásia Central já podia ser observada antes mesmo do declínio da URSS no período reformista de Gorbachev, quando emergiu um

274

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a elite centro-asiática não foi cooptada em sua totalidade pelo regime soviético, tendo uma parcela sofrido com a repressão stalinista.

<sup>6</sup> Compreende-se por islamismo político “as tentativas de indivíduos, grupos e movimentos muçulmanos de reconstruir a base política, econômica, social e cultural da sua sociedade de acordo com as linhas islâmicas. Esse processo envolve diferentes visões do lugar de Sharia na sociedade e a abordagem sobre a realização da mudança” (Esposito e Shahin, 2013, p. 1, tradução nossa). Cabe diferenciar, portanto, a existência de diferentes formas de atuação do islã político, separando suas expressões que já alcançaram o poder dos movimentos que participam do processo democrático e dos movimentos jihadistas, que utilizam táticas violentas como expressão de sua radicalização ideológica.

“islamismo paralelo”<sup>7</sup> fundado na *tariqa* Sufi, caracterizado por uma filosofia híbrida de religião e nacionalismo, com influência de antigos cultos locais e de outros sistemas filosóficos (Lipovsky, 1996), e marcado pela particularidade da adoção de um conceito étnico amplo, que em última análise conduzia a uma solidariedade pan-islâmica entre muçulmanos soviéticos. A herança autoritária soviética manteria, após 1991, a profunda repressão ao islã político, fortalecido pela emergência dos movimentos radicais islâmicos no Oriente Médio, em especial no Afeganistão e no Paquistão.

Afastados da política pela via democrática, os movimentos islâmicos passaram a adotar práticas violentas e terroristas, dentre os quais destaca-se o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU). O MIU é legatário do Partido Adolat (Justiça), liderado por Tahir Yuldashev, que, após apoiar a candidatura do líder soviético Islam Karimov para a presidência do Uzbequistão em dezembro de 1991, o qual prometia o estabelecimento de um Estado Islâmico no caso de sua vitória, foi traído com a perseguição e o aprisionamento de seus apoiadores (Hunter, 2013).

A fuga de Yuldashev para o Tajiquistão e o seu envolvimento na guerra civil que assolou o país entre 1992 e 1997, acabaria aproximando-o de Osama Bin Laden, com quem partiu para o Afeganistão após a assinatura do acordo de paz no Tajiquistão, em 27 de junho de 1997. O MIU foi fundado em 1998, sob a liderança ideológica de Yuldashev e militar de Juma Namangani, e determinou como objetivo final o estabelecimento do Estado Islâmico em toda a Ásia Central, incluindo Xinjiang. A aproximação do MIU à Al Qaeda e

---

<sup>7</sup> A religião muçulmana oficial soviética era extremamente restrita em seu número de fiéis, estimado em 50 milhões. Composta de quatro conselhos religiosos (um para o centro-asiático e Cazaquistão; um para a Rússia europeia e a Sibéria; um para o norte do Cáucaso e o Daguestão; e uma para a Transcaucásia, todas sunitas, sendo a última mista de sunitas e xiitas), com cerca de 2 mil funcionários, entre 350 e 400 mesquitas, dois madraçais e uma publicação periódica focada no público muçulmano externo (Broxup, 1987).

ao Talibã, liderado por Muhammad Omar, aos quais jurou lealdade até 2015, levou o grupo a se firmar no norte do Afeganistão e no Paquistão, após o envio de tropas americanas para o primeiro.<sup>8</sup>

Se, por um lado, a afinidade do MIU com o Talibã provocaria um desvio na sua orientação, incorporando princípios e objetivos do aliado paquistanês e se afastando do seu propósito de estabelecimento de um governo fundado na Sharia na Ásia Central, por outro, a notícia da associação dos dois grupos causaria o aumento da repressão por parte do governo Karimov, contra muçulmanos e opositores. O início da Operação Enduring Freedom, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, aumentou o fluxo de capitais americanos na Ásia Central, principalmente após acordos de apoio às tropas americanas na região que quase dobrariam os investimentos no Uzbequistão e seus vizinhos já no início de 2002 (Weitz, 2004).

276

A perspectiva de aumento da taxa de crescimento econômico beneficiaria as elites políticas locais, o que se traduziu no apoio às tropas americanas e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na região, as quais legitimavam a perseguição religiosa. Esse cenário serviu como facilitador para a associação da atuação das tropas estrangeiras com os regimes autoritários e repressivos da região, estabelecendo um novo inimigo para o MIU, cooptado pelo Talibã. Somado a isso, o impacto positivo na economia centro-asiática proporcionado a partir da presença estrangeira não seria traduzido em reformas políticas e sociais profundas; ao contrário, a manutenção das estruturas de poder e da repressão serviu como estímulo para o ingresso de jovens entre os militantes do MIU (Hunter, 2013; Rashid, 2010; Weitz, 2004).

---

<sup>8</sup> Para maior aprofundamento na história da criação e evolução do MIU, e de sua aproximação com o Talibã, ver Hunter (2013), Rashid (2010), Walker (2003) e Weitz (2004).



Outro grupo que ampliou seu número de seguidores a partir das ações do governo Karimov foi o Hizb ut-Tahrir (HT), um grupo não violento fundado em 1953, com base em Londres, no Reino Unido, e que conta com ampla adesão entre universitários europeus e de todo o mundo muçulmano. Apesar de seu amplo número de adeptos, especialmente na Ásia Central, sua natureza internacional faz com que seus objetivos sejam muito amplos, como a criação de um Estado Islâmico mundial com um único Califa, não representando grande ameaça à estabilidade dos governos da região (Rashid, 2010; Walker, 2003).

Sob a perspectiva chinesa, a presença militar americana no seu entorno representava uma oportunidade de eliminação da ameaça jihadista não só na Ásia Central, mas em casa. Conforme abordado a seguir, separatistas uigures vinham sendo treinados pelo Talibã e pelo MIU em campos da Al Qaeda, e seu fortalecimento e radicalização poderiam vir a ameaçar a unidade territorial chinesa. Contudo, a influência estadunidense na sua vizinhança também podia ser analisada como um obstáculo à pretensão da China à liderança, considerando os esforços para o combate às “três ameaças”: terrorismo, separatismo e extremismo regionais (Joint..., 2002), evidenciadas a partir da criação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS), em 15 de junho de 2001, pouco menos de três meses antes dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos.

O grupo formado a partir do ingresso do Uzbequistão no “Cinco de Shanghai”, mecanismo formado em 1996 com China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, já exibia na sua essência o embrião do pensamento chinês que daria origem à ICR, ao estabelecer como guia o “Espírito de Shanghai”, o qual se confunde com o espírito da Rota da Seda (Fredholm, 2013). Dessa forma, os princípios básicos da formulação da OCS coincidem com os estabelecidos pelas diferentes doutrinas de política externa chinesas desde

Jiang Zemin, quais sejam: “confiança e o benefício mútuos, a igualdade, consulta, respeito de diferentes civilizações e prosperidade comum” (Jiang..., 2002, tradução nossa).

A declaração conjunta de líderes de estado da OCS de 2002, ainda que se afirme aberta à cooperação com atores extrarregionais para o estabelecimento da segurança e da estabilidade na região, deixa evidente o interesse de que tais assuntos sejam tratados internamente, ao externar a crença de que “o sistema global de luta contra o terrorismo deve basear-se em estruturas regionais, sub-regionais e nacionais” (Joint..., 2002, tradução nossa). A abertura da Estrutura Regional Antiterrorismo (ERAT) da OCS, com sede em Tashkent, seria a mais alta expressão desse posicionamento e acabaria por especializar a vertente de defesa da organização no combate ao terrorismo, tema cujo consenso é mais fácil de ser atingido, quando comparado a outros temas sensíveis de segurança.

278

Entretanto, esse desejo de resolução de problemas regionais sem a interferência de outros atores não significa que não houveram interações entre China e Estados Unidos no combate aos grupos radicais locais, ainda que suas interpretações sobre o problema sejam divergentes. Para o governo americano, a instabilidade da Ásia Central estaria relacionada com a distância entre a região e a ordem liberal global, para a qual a solução seria a sua própria proposta de “Iniciativa da Nova Rota da Seda”, apresentada em 2011, e que pretendia promover a liberalização do comércio e cooperação econômica para uma versão ampliada da Ásia Central, incluindo, entre outros, Afeganistão e Xinjiang (Clarke, 2016).

Essa iniciativa possibilitaria a retirada de tropas americanas do Afeganistão, consolidando o país como eixo integrador entre o centro e o sul asiáticos, por onde seriam transportadas *commodities* e energia da Ásia Central para Índia e Paquistão, e, ao mesmo tempo, afastando a influência chinesa e russa (Kim e Indeo, 2013). A iniciativa, assim como o plano

de retirada das tropas, acabaria sendo preterida diante de outras iniciativas dos Estados Unidos para o continente asiático, especialmente na Ásia Pacífico, deixando em parte das elites políticas centro-asiáticas uma sensação de desamparo que as aproximaria ainda mais da Rússia e da China.

A morte de Namangani e de diversos seguidores do MIU em um bombardeio aéreo norte-americano no norte do Afeganistão, em novembro de 2001, levaria Yuldashev e os seguidores remanescentes do MIU a migrar para as áreas tribais do Paquistão, onde seu efetivo encolheu consideravelmente. O número de combatentes do MIU continuaria a reduzir ainda mais, principalmente após a confirmação do óbito de Yuldashev em 2009, o qual já havia sido especulado diversas vezes desde 2004 (Siddique, 2009), e a ascensão do EI na Síria, região com significado histórico e religioso maior do que o Afeganistão.

A escalada de Abu Bakr al Baghdadi à liderança da Al Qaeda no Iraque, em 2010, iniciou o afastamento do grupo da Al Qaeda, retomando o nome original do grupo de Estado Islâmico no Iraque e assumindo, posteriormente, os nomes de Estado Islâmico do Iraque e do Levante e, mais recentemente, de grupo Estado Islâmico (Napoleoni, 2014). Antes mesmo da sua proclamação do Califado, em 2014, a Síria já se apresentava atrativa para grupos radicais uzbeques. Alguns integrariam o EI, outros declararam lealdade à Al Qaeda e ao Talibã, como o Katibat Tawhid wal Jihad (KTJ) e o Imam Buhari Brigade (IBB), que planejaram ataques conjuntos com a afiliada da Al Qaeda na Síria, Jabhat al-Nusra,<sup>9</sup> mas também com o PIT e grupos chechenos que migraram para a Síria (Zenn, 2016).

O crescimento do EI frente à Al Qaeda contrastava com o percentual de fidelidade de grupos uzbeques entre

---

<sup>9</sup> O grupo teria seu nome alterado pelo seu líder, Abu Muhammad al-Julani, para Jabhat Fateh al-Sham, em 28 de julho de 2016.

os dois. Jacob Zenn (2016) calcula que cerca de 80% dos centro-asiáticos lutando na Síria estejam vinculados ao KTJ, ao IBB ou a outros grupos aliados da Al Qaeda. Contudo, à revelia desses dados e dos laços históricos do MIU com a Al Qaeda e com o Talibã, Usman Ghazi, novo líder do MIU, jurou lealdade ao EI em agosto de 2015, após desentendimento com o Talibã decorrente da omissão da morte de seu líder, Muhammad Omar, por dois anos (Sharipzhan, 2015).

O grupo sofreu nova fragmentação, e os seguidores de Ghazi, juntamente com membros do EI, entraram em confronto com o Talibã na província de Zabul, no Afeganistão. Como resultado, o grupo do MIU foi dizimado, levando seus segregados a reclamar seu nome, ao declarar que “continuará suas atividades islâmicas com a graça de Allah contra os inimigos da religião e estará de braços dados com [os crentes] e os irmãos muçulmanos do Afeganistão” (Roggio e Weiss, 2016, tradução nossa), reafirmando sua aliança com a Al Qaeda e o Talibã. A retomada e a reaproximação do MIU com a Al Qaeda e o Talibã, juntamente com o surgimento de novos grupos formados em sua maioria por grupos étnicos centro-asiáticos, como o KTJ e o IBB, confirmam que as ameaças à estabilidade da região permanecem latentes.

Todavia, independentemente da instabilidade causada por ameaças e conflitos decorrentes da radicalização de movimentos islâmicos na Ásia Central, o interesse chinês na região está diretamente relacionado ao seu próprio desenvolvimento econômico, especialmente para Xinjiang. Transformar a região em um polo integrador da China com o centro, o sul e o oeste asiáticos é a principal estratégia do governo para garantir sua integridade nacional. Nesse contexto, a ICR promete ser a estratégia central para promover prosperidade e reduzir as tensões regional e domesticamente.

## **Uigur, uma minoria étnica sob influência do radicalismo islâmico?**

A Região Autônoma Uigur de Xinjiang possui população de 23,6 milhões de pessoas, das quais quase 60% são minorias étnicas, incluindo uigures, mongóis, huis, cazaques, quirguizes, xibes, tadjiques, uzbeques, russos e tatares (China, 2016). É uma região rica em recursos naturais, com grandes reservas de petróleo e gás natural, responsável pela produção de um terço do petróleo, dois terços do carvão, um terço do algodão e de 8% das reservas de ouro, jade e outros metais preciosos da China, além de possuir diversos campos de teste nuclear, de ser a região de contato da China com a Ásia Central (Cunningham, 2012) e de sua população ser de quase 70 milhões de pessoas.

A derrota soviética na guerra contra o Afeganistão, em 1989, e o fim da URSS, em 1991, não representaram desafios apenas para as elites políticas da Ásia Central. O ressurgimento de movimentos radicais islâmicos na região aumentou a identificação por parte das minorias étnicas na China, em especial os uigures, da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, com os povos vizinhos. A liberalização de práticas culturais e religiosas para minorias étnicas chinesas já havia sido promovida desde o início da década de 1980, reflexo das reformas de 1978, que romperam com os princípios previamente estabelecidos pela Revolução Cultural e que, somadas à substituição do discurso marxista-leninista pelo do crescimento econômico como estrutura legitimadora do PCCh, provocaria a redução no controle do partido sobre as minorias étnicas (Clarke, 2011).

Diferentemente dos huis, a maior dentre as minorias muçulmanas chinesas que está dispersa pelo território chinês e integrada culturalmente com a maioria han, os uigures são de origem túrquica e se concentram na região de Xinjiang antes mesmo do surgimento do islamismo, no século VII d.C. (Armijo, 2008). O povo uigur tem raízes turcomanas, com

reflexos na língua uigur, que é diferente da língua oficial chinesa, na identidade e cultura, com referências diretas à Turquia e à base religiosa islâmica de origem sufista.

A abertura política de Deng Xiaoping resultou no aumento na interação entre uigures e outras minorias étnicas de Xinjiang com o exterior, promovendo trocas culturais e religiosas. O pan-islamismo característico da Ásia Central e do Cáucaso começava a penetrar entre os uigures, influenciando o surgimento de um “panturquismo” que culminou em uma série de protestos ao longo da década de 1980 em Kashgar e Ürümqi (Hao e Liu, 2012). A maior revolta de uma minoria étnica contra os hans desde a Revolução Cultural ocorreu entre 5 e 6 de abril de 1990, após a repressão do governo a atividades políticas e religiosas “ilegais” – nominalmente contra a construção de mesquitas ilegais e escolas islâmicas – em março de 1990.

282

Em decorrência dos atos do governo, uigures e quirguizes iniciaram um protesto pela independência de Xinjiang e pela formação da República do Turquestão Oriental. Surgia o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (Mito), também identificado como Partido Islâmico do Turquestão (PIT), após o líder da rebelião de Baren, uma cidade da Prefeitura Autônoma Kizilsu Quirguiz,<sup>10</sup> Zahideen Yusuf, declarar uma *jihad* contra o Estado chinês (Clarke, 2011). O pleito pela criação de um estado evidenciava a influência dos movimentos políticos islâmicos da Ásia Central e do Afeganistão, e anunciava os desafios a serem enfrentados pelo PCCh para manter sua integridade territorial após o fim da URSS, em um momento em que sofria pressões internacionais pela repressão aos protestos da Praça Tiananmen no ano anterior e, por isso, em um contexto que o uso de meios repressivos não seria tolerado internacionalmente.

---

<sup>10</sup> Prefeitura Autônoma Kizilsu Quirguiz é uma região de Xinjiang no limite com o Quirguistão e próxima de Kashgar, tendo sede em Artux.

A década de 1990 seria marcada por revoltas uigures em diversas cidades, provocando uma mudança na atitude do governo chinês em relação à condução de incidentes envolvendo separatistas uigures em Xinjiang. Em 1996 e em 2001 o governo respondeu com campanhas nacionais de “combate pesado” contra o crime, acelerando prisões, julgamentos e condenações direcionadas a revoltosos. Também em 2001, formou, com estados da Ásia Central e com a Federação Russa, a OCS, com foco no combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo, conforme tratado previamente. E, em janeiro de 2002, publicou uma declaração oficial listando os “terroristas do Turquestão Oriental”, incluindo o Mito, a Organização para a Libertação do Turquestão Oriental (OLTO), o Partido Reformista Islâmico “Brigada de Choque”, o Partido Islâmico do Turquestão Oriental, entre outros (Davis, 2008).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 proporcionaram ao PCCh a oportunidade de reprimir violentamente os separatistas em Xinjiang e de conter a integridade de sua fronteira porosa contra o ingresso de movimentos islâmicos radicais do Afeganistão, Paquistão e Ásia Central (Davis, 2008). A China passaria a associar os grupos radicais uigures a outros grupos com atuação na Ásia Central, como o MIU, a Al Qaeda e o Talibã, como forma de pressionar o governo Bush, no contexto da “guerra ao terror”, a incluir o Mito na lista oficial de “organizações terroristas internacionais” (Clarke, 2008). Essa pressão atingiu o resultado esperado em dezembro de 2002, transformando, por meio do discurso, um ator que tinha antes abrangência local, ou no máximo regional, em ameaça global.

Um funcionário do corpo diplomático americano foi além, ao afirmar que o Mito estava planejando ataques conjuntos com a Al Qaeda à embaixada dos Estados Unidos no Quirguistão. A declaração levou o líder do Mito, Hasan Mahsum, a se pronunciar, afirmando “não possu[ir]

quaisquer contatos ou relações organizacionais com a Al Qaeda ou com o Talibã” (Davis, 2008, p. 22, tradução nossa). Cunningham (2012) acrescenta que muitos acadêmicos de Xinjiang ficaram surpresos com a inclusão do Mito – um grupo até então muito pouco conhecido até mesmo para ativistas pela independência – na lista americana de terroristas, servindo como meio de confirmação da sua própria existência em um período marcado por ausência de incidentes violentos em Xinjiang.

A ação precipitada do governo americano de incluir grupos uigures na lista de terroristas internacionais resultou na ampliação do escopo dos movimentos separatistas, que ampliaram sua atuação para outras áreas da Ásia Central e do Oriente Médio. Seria o início de uma série de políticas voltadas para o combate a um movimento precocemente classificado como terrorista e que levaria, no longo prazo, a políticas de repressão étnica. Se, por um lado, as ações do PCCh no combate ao separatismo mudariam a partir do reconhecimento estadunidense, o mesmo aconteceria com o Mito. Mahsum, que estava exilado no Afeganistão desde a década de 1990, seria morto em um ataque paquistanês a um complexo da Al Qaeda, em 2003, sendo sucedido por Abdul Haq al Turkistani e desencadeando uma atuação mais internacionalista.

A escassez de fontes sobre o Mito faz com que seja difícil traçar uma história do seu desenvolvimento e objetivos, pois muitas vezes essa tentativa é limitada às informações passadas pelo governo chinês (Clarke, 2008). Jacob Zenn (2014) chega a questionar a existência do grupo, ou se os uigures haviam sido absorvidos pelo MIU, conforme orientados por Muhammad Omar, ou se nem mesmo havia um nome formal e eles eram abrigados em campos da Al Qaeda comandados por Bin Laden. Sob a liderança de Abdul Haq foi



fundado o Partido Islâmico do Turquestão (PIT),<sup>11</sup> dotado de um sofisticado braço de mídia, o *Islom Awazi*, ou Voz do Islã, responsável pela produção de vídeos, sendo o primeiro deles nomeado *Jihad no Turquestão*, de 2006, e pela publicação da revista trimestral *Turquestão Islâmico*, escrita em árabe e lançada em 2008.

## O desenvolvimento como instrumento de coesão social

A diferença econômica herdada da política que priorizou investimentos na costa oeste, economicamente mais desenvolvida do que o leste desde Deng Xiaoping, levaria o governo a acreditar ser a pobreza a principal causa de instabilidades na região, partindo da perspectiva de que “a maioria das pessoas, inclusive uigures, desejam principalmente uma vida econômica melhor para elas e para seus filhos” (Davis, 2008, p. 19, tradução nossa). A solução apresentada passava pelos investimentos econômicos da campanha de Desenvolvimento do Grande Oeste, lançada por Jiang Zeming, em 2000, que pretendia consolidar Xinjiang como um corredor energético e de comércio por meio da maior interação e cooperação entre a China e os vizinhos da Ásia Central (Clarke, 2016).

O investimento até 2006 de um total de US\$15 bilhões para a construção de projetos de infraestrutura completou doze rodovias ligando Xinjiang a Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Paquistão, e uma maior ligando Xinjiang ao Uzbequistão, Irã, Turquia, até chegar à Europa, um gasoduto oeste-leste, linhas de transmissão de energia oeste-leste, obras de desvio de água do sul para o norte e uma ferrovia trilateral ligando Xinjiang ao Uzbequistão e ao Quirguistão (Clarke, 2011; Davis, 2008). A percepção era de que Xinjiang deveria se tornar

<sup>11</sup> Apesar do uso de ambas as nomenclaturas PIT e Mito na literatura, o artigo passará a tratá-lo apenas pela mais recente, adotada por Abdul Haq após sua chegada à liderança, pois acredita serem os dois grupos parte do mesmo aglomerado.

intimamente conectada não só aos vizinhos, mas principalmente à China, como forma de prevenção dos instintos separatistas, considerando as íntimas relações culturais entre uigures e outros povos da Ásia Central, cuja aproximação foi possibilitada pela liberalização da década de 1980.

Contudo, uma série de políticas promovidas pelo governo ampliaram o descontentamento de uigures. Michael Clarke (2016) destaca a “revitalização” da antiga cidade de Kashgar, ao sul de Xinjiang, centro tradicional da cultura uigur e parte da antiga Rota da Seda, na qual uma “Reforma de Casas Perigosas de Kashgar” dispendeu US\$500 milhões para deslocar milhões de uigures e estimular a migração de hans para a região. Outra política destacada pelo autor é a campanha do Projeto Beleza, que desencorajava mulheres a usar lenços e véus tradicionais da cultura uigur. Enquanto o objetivo do governo chinês é estimular os uigures a assumirem parte integral na identidade nacional chinesa, a preocupação de parte dos uigures é de o governo chinês estar tentando suprimir suas liberdades culturais e religiosas, extinguindo suas tradições (Cunningham, 2012).

286

O governo chinês noticiou novos ataques do PIT durante o período preparatório dos Jogos Olímpicos de Beijing, em 2008, quando a polícia prendeu 82 pessoas com conexões com conspirações terroristas em Xinjiang, tendo como vítimas cidadãos de etnia han (Cunningham, 2012). O aumento das tensões entre uigures e hans chegou ao ápice em julho de 2009, após rumores de que um uigur teria estuprado garotas han, o que provocou o linchamento e a morte de um migrante uigur por trabalhadores han em uma fábrica a oeste de Shaoguan, na província de Guangdong. O fato, filmado e publicado no YouTube, culminou em grandes protestos uigures, no dia 5 de julho, exigindo justiça pelo ocorrido. Os protestos evoluíram para revoltas violentas, atacando chineses han nas ruas. A resposta foi observada no dia seguinte: grande parcela da população han de

Ürümqi tomaria as ruas armada, atacando uigures e seus negócios antes de ser dispersada pela polícia (Clarke, 2011; Cunningham, 2012; Hao e Liu, 2012; Mackerras, 2015).

As estimativas são de 197 mortos e de 1,7 mil feridos, provocando pressões populares, inclusive apoiadas por hans, pela saída do Secretário do PCCCh para Xinjiang, Wang Leguan, o qual resistiria, sendo substituído apenas em abril de 2010 por Zhang Chunxian, após sua renúncia. Os acontecimentos provocaram, inclusive, críticas do primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, que ofereceu visto à líder uigur exilada, Rebiya Kadder, e declarou que “estes incidentes na China são como genocídios. Nós clamamos que o governo chinês não permaneça como um espectador desses incidentes. Existe claramente uma selvageria nesse caso” (Hao e Liu, 2012, p. 219, tradução nossa).

Como resposta, o governo enviou, em novembro de 2009, uma delegação com oficiais de diversas áreas para elaborar um plano para estabilizar e desenvolver Xinjiang, formando, em março de 2010, o primeiro Fórum de Trabalho de Xinjiang de âmbito nacional desde 1949 (Chou e Ding, 2015). O Fórum, que excluiu os uigures do debate, concluiu, nas palavras de Zhang, que “má estrutura econômica, falta de capital, infraestrutura e habilidades, além de instabilidade social, impedem o desenvolvimento da região” (Jia, 2010, tradução nossa). Para superar esses constrangimentos, foi elaborado um plano estratégico com o foco na promoção de um “desenvolvimento pula-etapas e estabilidade duradoura” [*leapfrog development and lasting stability*].

O resultado foi um plano de investimentos para indústria, infraestrutura, educação, criação de empregos, redução da pobreza, ampliação da cobertura do sistema de pensões, ampliação do acesso a serviços público, tendo como objetivo o aumento do PIB per capita para atingir a média nacional. Outras políticas incluíram a remoção de famílias de áreas consideradas de risco; a promoção da educação bilíngue, a

qual incluiu a obrigatoriedade do ensino do mandarim em áreas onde predominam minorias étnicas com línguas próprias e estabeleceu a meta de que até 2020 a totalidade de estudantes sejam fluentes em mandarim; além de políticas de facilitação do acesso ao emprego (Jia, 2010).

Muitas medidas foram discutidas ao longo do Fórum, contudo, o maior foco do PCCh foi empregado na transformação de Kashgar e de Khorgas (na fronteira com o Cazaquistão) em zonas econômicas especiais (ZEEs), seguindo os modelos de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e Hainan, como forma de estimular investidores e o comércio na região, parte da teoria de que a prosperidade reduziria a propensão das pessoas a se rebelar (Mackerras, 2015). As indústrias definidas como basilares para o desenvolvimento de Kashgar incluíam eletrônicos, energia renovável, metalurgia e têxteis, enquanto em Khorgas foi planejada a construção de um centro de livre-comércio para facilitar as trocas transfronteiriças, além de indústria farmacêutica, química e de produtos agrícolas.

288

Juntamente com os novos postos de trabalho ofertados, a extensão da ferrovia de passageiros de Ürümqi até Khorgas, passando por Kashgar, foi concluída em 2011, facilitando a migração de trabalhadores da capital para a fronteira. Contudo, conflitos étnicos não pararam na região ou em outras partes da China, como em 23 de agosto de 2013, quando doze uigures suspeitos de estarem participando de um treinamento terrorista foram mortos pela polícia, em operação que deixou outros feridos (Chou e Ding, 2015). Em 28 de outubro de 2013, em ato de autoria assumida pelo PIT, um veículo dirigido por um uigur atropelaria pedestres, batendo em uma ponte de pedra na sequência e pegando fogo na Praça Tiananmen, matando cinco pessoas e deixando dezenas feridas (Kaiman, 2013).

A ERAT chegou a ser acionada para o combate de atos terroristas em Xinjiang em 2013. A justificativa apresentada pelo diretor do comitê executivo da ERAT à época, Zhang

Xinfeng, foi de que os “ataques terroristas em Xinjiang estão intimamente relacionados com as atividades das forças terroristas, separatistas e extremistas na Ásia Central, então, esforços antiterroristas conjuntos dos países-membros são cruciais para a estabilidade da China, e são uma missão a longo prazo” (Weitz, 2014, tradução nossa). Ainda que seja muito recente para tirar conclusões sobre o sucesso da implantação da ZEE em Kashgar, a ineficácia na redução dos incidentes envolvendo minorias étnicas suscita questionamentos se a estratégia de estímulo econômico na região será suficiente para acalmar os ânimos separatistas.

Diversos ataques continuaram a ser relatados na China e no exterior, sendo atrelados ao PIT e a outros grupos com os quais estaria associado, entre os quais se destacam o MIU, a Al Qaeda, a Jabhat Fateh al-Sham e o Talibã. A mudança do PIT para o Paquistão levaria o grupo a participar mais ativamente de operações do Talibã, inclusive com Abdul Haq tendo sido considerado morto em um ataque de drone americano em 2010, ocasião em que foi seriamente ferido, reaparecendo para liderar o grupo somente em 2014 (Roggio, 2015). As interações com o MIU também foram aprofundadas com a aproximação no Paquistão, inclusive passando a produzir vídeos em conjunto com o *Islom Awazi* e o Estúdio Jund Allah, braço de mídia do MIU (Zenn, 2014).

O aumento da atividade do PIT no exterior não se traduziu na redução de ataques na China. De acordo com dados retirados do Global Terrorism Database (2017), ao longo do ano de 2013 foram mortas 61 pessoas em ataques terroristas; em 2014 esse número subiu para trezentos; e, em 2015, foi de 123. Contudo, a veracidade desses dados é dificilmente verificável. É indiscutível que haja por parte da população uigur o temor pela extinção da sua cultura, em grande parte devido ao rápido aumento da população han em Xinjiang. Somado a isso, a política de rapidamente classificar qualquer incidente como ataque terrorista por parte do governo chinês,

provocando uma banalização do termo para abranger atos de violência cotidiana, combinado com a segregação étnica, pode fornecer o combustível necessário para a associação de uigures insatisfeitos com grupos radicais.

O segundo Fórum Central de Trabalho de Xinjiang foi concluído em 2014, expressando uma nova percepção do PCCCh diante dos problemas da região e expandindo a interpretação de que bastaria desenvolvimento econômico para dissipar o ímpeto separatista para incluir políticas mais amplas. Sob a defesa da “estabilidade social e estabilidade de longo-prazo”, Xi Jinping defendeu uma frente dupla, doméstica e internacional, de combate ao terrorismo e elegeu a unidade nacional como o principal desafio a longo prazo da região. Segundo Xi, “todos os grupos étnicos [devem] mostrar mútua compreensão, respeito, tolerância e apreciação, e aprender a ajudar uns aos outros, para que eles se unam firmemente, como as sementes de uma romã” (Xi Jinping, 2014b, tradução nossa).

290

Foi mirando no sentimento de insegurança dominante em Xinjiang que o EI divulgou uma música em mandarim, em dezembro de 2015, e um vídeo, em março de 2017, convocando uigures para a sua *jihad* e prometendo levar a luta até a China (Osborne, 2015, 2017). Muitos uigures seguiram os passos de outros povos centro-asiáticos para a Síria, onde integraram quadros de muitos grupos jihadistas, entre eles o EI. Porém, diferentemente do MIU, o PIT manteria sua lealdade ao Talibã, condenando o Califado de al Baghdadi. Inclusive, o rompimento de Ghazi com o Talibã para afiliar-se ao EI seria publicamente criticado por Abdul Haq al Turkistani, em áudio postado na internet em 30 de maio de 2016 (Joscelyn e Roggio, 2016).

## **A homogeneização cultural como combate ao terrorismo, separatismo e extremismo**

O combate ao terrorismo assumiu centralidade nas políticas do Estado chinês, passando a afetar o cotidiano

das minorias étnicas de Xinjiang. A mudança nas políticas de Estado ocorreu na sequência de três episódios perpetrados por uigures e que resultaram em muitas vítimas ao longo do ano de 2014. O primeiro deles ocorreu em 1º de março de 2014 em Kunming, onde três homens da etnia uigur perpetraram um ataque com facas em uma estação de trem, deixando 31 mortos e 141 feridos (Wong, 2015). O segundo combinou a explosão de uma bomba com ataques com faca, deixando três mortos e 79 feridos em uma ferrovia de Urumqi, em 30 de abril, na mesma semana da primeira visita de Xi Jinping a Xinjiang na posição de presidente (Wan, 2014). O terceiro, de 22 de maio, ocorreu em um mercado em Urumqi, onde dois carros atropelaram pedestres enquanto jogavam bombas pelas janelas, matando 39 e ferindo noventa pessoas (Jacobs, 2014).

A partir de então, o PCCh elaborou novas campanhas voltadas para o controle e desradicalização de uigures que se tornariam alvo de críticas internacionais. Em 2014, foi criada uma iniciativa “visitando os costumes das pessoas, beneficiando as pessoas, reunindo os corações das pessoas” [访民情, 惠民生, 聚民心 *fang minqing, hui minsheng, ju minxin*], para a qual 200 mil funcionários de diversas agências do governo de Xinjiang foram cedidos para conduzir entrevistas nas aldeias do interior de Xinjiang com o objetivo de promover a estabilidade social (访民情, 2019). Em 2016, uma nova campanha com o nome de 结对认亲 *jièduì rènqīn* – traduzida em inglês para *Becoming family*, mas com o sentido mais apurado de “Reconhecendo como pares a família do cônjuge” – foi estruturada, envolvendo 110 mil funcionários e conduzindo entrevistas a cada dois meses com o objetivo de “fomentar a harmonia étnica” (Liu, 2016).

No ano seguinte, o número de quadros do Partido mobilizados para a campanha subiu para mais de 1 milhão. As ações passaram a incluir um período de seis dias do funcionário do PCCh morando na mesma casa de uma família da aldeia ou

comunidades de Xinjiang, em atividade intitulada “Semana de casamento” [结亲周*jiēqīn zhōu*], que foi considerada por Zhu Hailun, Vice-Secretário do Partido da Região Autônoma de Xinjiang, como fundamental para implementar a meta de “estabilidade social e estabilidade de longo prazo”, e foi um “poderoso ponto de partida para consolidar o desenvolvimento da unidade nacional e promover a transformação do estilo de trabalho dos quadros” (新疆启动民族团结“结亲周”百万干部职工分批下基层, 2017, tradução nossa).

Em 2018, o período de permanência nas casas foi expandido para seis dias a cada mês, período no qual os funcionários produzem um relatório listando situações consideradas não usuais ou problemáticas, tendo por objetivo compreender as demandas das pessoas e reduzir a suscetibilidade a comportamentos considerados radicais. As campanhas de “combate pesado” também foram intensificadas com a nomeação de Chen Quanguo como Secretário do Partido de Xinjiang em agosto de 2016. Entre as políticas adotadas pelo PCCh para o combate ao terrorismo e ao radicalismo, a mais noticiada no Ocidente é a instalação dos centros de educação vocacional e treinamento, denunciados como campos de concentração de uígures.

A instalação dos centros, inicialmente negada por Beijing, passou a ser prevista com a atualização dos Regulamentos de Desextremização da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, em outubro de 2018. Os regulamentos manifestam que:

Artigo 17: Governos acima do nível municipal podem criar centros de educação e treinamento vocacional e outras instituições de transformação educacional e departamentos administrativos para educar e transformar pessoas que foram influenciadas pelo extremismo.

[...]



Artigo 33: Centros de educação vocacional e treinamento e outras instituições de transformação educacional devem ensinar a língua comum nacional, leis, regulações e habilidades vocacionais. Os centros devem organizar e conduzir educação ideológica anti-extremista, correção psicológica e correção comportamental para promover a transformação do pensamento dos treinados e ajudá-los a retornar à sociedade e para suas famílias. (Xinjiang, 2018, tradução nossa)

A narrativa oficial chinesa, que antes negava a existência dos centros, hoje, após a divulgação de imagens de satélite que evidenciam o crescimento dos complexos (Studworth, 2018), declara que as políticas implementadas em Xinjiang são um modelo na proteção dos direitos humanos. Matéria publicada na imprensa extraoficial do partido afirma que:

Independentemente de seu tamanho populacional, nível de desenvolvimento e crença religiosa, todos os grupos étnicos têm gozado de direitos humanos e os mesmos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais que seus pares han, graças a várias políticas e medidas introduzidas pelo governo central. Isso, por sua vez, ajudou a restaurar a estabilidade e promoveu o desenvolvimento socioeconômico em Xinjiang. (Zhian, 2019, tradução nossa)

293

Essa versão defendida pelo governo chinês foi questionada em carta assinada por 22 representantes de estados no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 8 de julho de 2019, clamando para que a China “respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais, inclusive liberdade de religião e crença, em Xinjiang e em toda a China” (Human Rights Council, 2019, tradução nossa). Sob o argumento de combate ao terrorismo, separatismo e extremismo, o governo chinês tem promovido políticas que definem como

alvo grande parcela da minoria étnica, restringindo práticas culturais e religiosas, e aprisionando milhares nos centros de educação e treinamento vocacional com o objetivo de eliminar comportamentos considerados radicais.

Em sua defesa, o PCCh tem cuidado para evitar a generalização da religião islâmica como a responsável pelas instabilidades em Xinjiang em documentos oficiais. A diferença entre o “mal” islã e o “bom” islã estaria mais associada a um radicalismo alimentado por potências estrangeiras do que por um ímpeto inerente da fé. O *Livro branco de luta contra o terrorismo e extremismo e proteção dos direitos humanos em Xinjiang*, de março de 2019, nega o islamismo como a única crença praticada em Xinjiang para destacar a coexistência de múltiplas religiões de forma harmônica, atribuindo à influências estrangeiras a incitação ao separatismo e ao extremismo religioso sob a forma do “panturquismo” e “pan-islamismo”.

294

A história de Xinjiang mostra que a coexistência de múltiplas religiões com um ou dois predominantes sempre foi uma característica básica da estrutura religiosa de Xinjiang, e a mistura e a coexistência de diferentes religiões tem sido a norma ali. O Islã não é uma crença endógena dos uigures e de outros grupos étnicos, nem o único do povo uigur. Hoje, em Xinjiang, um número bastante grande de pessoas não acredita em religião ou acredita em outras religiões além do islamismo. [...]

Na virada do século 20, separatistas e extremistas religiosos dentro e fora da China, herdando as chamadas teorias de “panturquismo” e “pan-islamismo” criadas por antigos colonialistas, propagaram a ideia de que os uigures eram os únicos “mestres” de Xinjiang, que as culturas étnicas de Xinjiang não eram cultura chinesa, e que o Islã era a única religião praticada por grupos étnicos de Xinjiang.

Eles incitaram todos os grupos étnicos que falavam Turki e acreditaram no Islã a se unirem na criação do estado teocrático do assim chamado “Turquistão Oriental”. Eles negaram a história da China construída em conjunto por todos os seus grupos étnicos, e clamavam por “oposição a todos os grupos étnicos que não os turcos” e pela “aniquilação dos pagãos”. (China, 2019)

Em julho de 2019, o novo *Livro Branco da China de Defesa Nacional na Nova Era* lista os separatismos de Taiwan, Tibete e Xinjiang como as maiores ameaças para a segurança nacional chinesa, reforçando a narrativa que justifica as políticas adotadas em Xinjiang. Se, por um lado, o Ocidente denuncia as políticas praticadas pelo PCCh, aliados de Beijing declaram seu apoio às iniciativas tomadas, em uma carta assinada por 37 países em 12 de julho de 2019. O argumento é de que “confrontada com o grave desafio do terrorismo e do extremismo, a China empreendeu uma série de medidas de combate ao terrorismo e desradicalização em Xinjiang, incluindo a criação de centros de ensino e formação profissional” (Miles, 2019).

Tanto para críticos quanto para apoiadores, são inquestionáveis os esforços desempenhados pelo governo chinês para a “sinicização” do islamismo. O combate ao radicalismo assumiu papel central nas políticas destinadas para Xinjiang, seja pelas políticas de desenvolvimento encabeçadas pelos investimentos da Iniciativa Cinturão e Rota, seja pelas políticas de vigilância promovidas pelos avançados aparatos tecnológicos, seja, ainda, pela coerção dos grupos radicais, incluindo a implantação dos campos de educação vocacional e treinamento.

Ainda que seja compreensível o aparente receio por parte do PCCh com relação à ameaça que o movimento separatista uigur possa representar para a manutenção da sua integridade territorial, para sua legitimidade enquanto líder político e para a sua expectativa de liderança na Ásia

Central, adotar políticas repressivas pode surtir efeito oposto do esperado. A banalização do conceito de terrorismo e a escalada repressora contra elementos da identidade uigur parecem servir de ponte entre minorias étnicas marginalizadas e grupos extremistas, capazes de utilizar as redes de comunicação para difundir sua luta, levantando questionamentos relacionados à precisão da política adotada diante do desafio encontrado.

### **Considerações finais**

A história da Região Autônoma Uigur de Xinjiang está diretamente relacionada com a de sua fronteira, a Ásia Central, e com o comércio praticado na antiga Rota da Seda. Foi pensando em sua posição geográfica privilegiada que, a partir de 1991, o PCCh passou a percebê-la como eixo estratégico de integração com os vizinhos, onde pretendia exercer sua influência política, econômica, estratégica e militar. Contudo, o fim da URSS seria combinado com a multiplicação de movimentos políticos radicais islâmicos, dentre os quais o MIU e o Mito merecem o destaque, não só pelo seu local de surgimento, como também pelos objetivos almejados de criação de um Estado Islâmico na Ásia Central que incluiria o território de Xinjiang.

A aproximação dos grupos da Al Qaeda e do Talibã, após seus líderes serem perseguidos e exilados pelos governos de seus países, possibilitou o aumento na sua capacidade de planejamento e a formação de uma rede terrorista complexa com atuação transregional. A morte de Hasan Mahsum e a ascensão de Abdul Haq al Turkistani à liderança do Mito provocaria a alteração no seu nome para PIT e a criação de um braço midiático para o grupo, que se tornava mais internacional. Surgia o Islom Awazi, que produziria conteúdo digital para a convocação de novos combatentes, e a revista trimestral *Turquestão Islâmico*.

A principal estratégia estabelecida pelo PCCh no combate ao radicalismo islâmico é promover o crescimento econômico de Xinjiang, partindo da crença de que a melhoria das condições de vida dos uigures levaria à redução dos ímpetus separatistas. Contudo, o aumento da população han e a proibição de símbolos islâmicos, como o uso de véus pelas mulheres, provocou embates étnicos entre as duas etnias. Essas políticas podem alimentar uma sensação por parte dos uigures de perseguição às suas tradições culturais e religiosas, a qual pode vir acompanhada de uma ameaça de aproximação com grupos com intuito separatista e com o radicalismo islâmico jihadista.

O PCCh estabeleceria ZEEs em Kashgar e Khorgas como forma de estimular investimentos e promover o crescimento econômico, ainda que sua localização afastada do litoral crie desafios para desenvolver a região. Nesse sentido, o Corredor Econômico China-Paquistão ligando a ZEE de Kashgar ao porto de Gwadar, no Mar Arábico do Paquistão, e parte da Iniciativa ICR, prometem uma nova investida econômica para estimular fluxos de capitais e para integrar Xinjiang à China e ao exterior. Resta saber se essa integração será mais benéfica ao governo chinês ou aos separatistas uigures, algo que possivelmente só poderá ser respondido a longo prazo.

297

### **Victor Carneiro Corrêa Vieira**

É estudante de Doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em período sanduíche no War Studies Department do King's College of London. Desenvolve pesquisa sobre as políticas de desenvolvimento e vigilância na China, assim como sobre ideologia do PCCh e a legitimação do regime.

## Bibliografia

- ARMIJO, Jacqueline. 2008. Islam in China. *In*: ESPOSITO, John L.; VOLL, John O.; BAKAR, Osman (ed.). *Asian Islam in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press. pp. 197-228.
- BROXUP, Marie. 1987. Islam in Central Asia since Gorbachev. *Asian Affairs*, v. 18, n. 3, pp. 283-293.
- CHINA. National Bureau of Statistics of China. 2016. *China statistical yearbook 2016*. Beijing: National Bureau of Statistics. Disponível em: <https://bit.ly/2SM6WTW>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- CHINA. National Development and Reform Commission. 2015. *Vision and actions on jointly building silk road economic belt and 21st-century maritime silk road*. Beijing: Development and Reform Commission. Disponível em: <https://bit.ly/37TAFPq>. Acesso em: 15 maio 2017.
- CHINA. State Council Information Office of the People's Republic of China. 2019. *The fight against terrorism and extremism and human rights protection in Xinjiang*. Beijing: Xinhua. Disponível em: <https://bit.ly/3bRyYFj>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- CHOU, Bill; DING, Xuejie. 2015. A comparative analysis of Shenzhen and Kashgar in development as Special Economic Zones. *East Asia*, v. 32, n. 2, pp. 117-136.
- CLARKE, Michael. 2008. China's "War on Terror" in Xinjiang: human security and the causes of violent Uighur separatism. *Terrorism and Political Violence*, v. 20, n. 2, pp. 271-301.
- CLARKE, Michael. 2011. *Xinjiang and China's rise in Central Asia: a history*. London: Routledge.
- CLARKE, Michael. 2016. Beijing's March West: opportunities and challenges for China's Eurasian pivot. *Orbis*, v. 60, n. 2, pp. 296-313.
- CUNNINGHAM, Cristopher P. 2012. Counterterrorism in Xinjiang: the Etim, China, and the Uyghurs. *International Journal on World Peace*, v. 29, n. 3, pp. 7-50.
- DAVIS, Elizabeth V. W. 2008. Uyghur Muslim ethnic separatism in Xinjiang, China. *Asian Affairs*, v. 35, n. 1, pp. 15-29.
- ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. 2013. Introduction. *In*: ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. (ed.). *The Oxford Handbook of Islam and politics*. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-4.
- FREDHOLM, Michael (ed.). 2013. *The Shanghai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics: new directions, perspectives, and challenges*. Copenhagen: NIAS Press.
- GLOBAL TERRORISM DATABASE. 2017. *The national consortium for the study of terrorism and responses to terrorism*. Washington, DC: University of Maryland. Disponível em: <https://bit.ly/2vScVxB>. Acesso em: 25 maio 2017.

- HAO, Yufan; LIU, Weihua. 2012. Xinjiang: increasing pain in the heart of China's borderland. *Journal of Contemporary China*, v. 21, n. 74, pp. 205-225.
- HUMAN RIGHTS COUNCIL. 2019. *Letter to the Madam High Commissioner*. Geneva: Human Rights Council. Disponível em: <https://bit.ly/3c2nKhp>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- HUNTER, Shireen. 2013. Islam and politics in Central Asia. In: ESPOSITO, John L.; SHAHIN, Emad E.-D. (ed.). *The Oxford Handbook of Islam and Politics*. Oxford: Oxford University Press. pp. 307-323.
- JACOBS, Andrew. 2014. In China's far west, a city struggles to move on. *The New York Times*, New York. Disponível em: <https://nyti.ms/2wZc9iN>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- JIA, Cui. 2010. New measures to boost Xinjiang livelihoods. *China Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2SNXFLm>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- JIANG says 'Shanghai Spirit' useful reference for New World order. 2002. *People's Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2wuulv0>. Acesso em: 8 jun. 2002.
- JOINT statement by the Ministers of Foreign affairs of the member States of the Shanghai Cooperation Organization. 2002. *China Central Television*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2HHeeCc>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- JONES, Seth G. et al. 2017. *Rolling back the Islamic State*. Santa Monica: Rand. Disponível em: <https://bit.ly/38PAZQr>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- JOSCELYN, Thomas; ROGGIO, Bill. 2016. Turkistan Islamic party leader criticizes the Islamic State's "illegitimate" caliphate. *Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2vSedsr>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- KAIMAN, Jonathan. 2013. Islamist group claims responsibility for attack on China's Tiananmen Square. *The Guardian*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2HPKD9z>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- KIM, Younkyoo; INDEO, Fabio. 2013. The new great game in Central Asia post 2014: the US "New Silk Road" strategy and Sino-Russian rivalry. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 46, n. 2, pp. 275-286.
- LIPOVSKY, Igor. 1996. The awakening of Central Asian Islam. *Middle Eastern Studies*, v. 32, n. 3, pp. 1-21.
- LIU, S. 2016. 新疆11万干部职工要与基层群众结对认亲，每俩月见面一次 [110 mil funcionários e trabalhadores de Xinjiang devem reconhecer as bases para realizar encontros e reuniões uma vez a cada dois meses]. *Weixin*, Kunming. Disponível em: <https://bit.ly/2TiwuZ6>. Acesso em 20 fev. 2019.
- MACKERRAS, Colin. 2015. Xinjiang in China's foreign relations: part of a new silk road or Central Asian zone of conflict: *East Asia*, v. 32, n. 1, pp. 25-42.

- MILES, Tom. 2019. Saudi Arabia and Russia among 37 states backing China's Xinjiang policy. *Reuters*, New York. Disponível em: <https://reut.rs/38RTseY>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- NAPOLEONI, Loretta. 2014. *The Islamist phoenix: the Islamic State and the redrawing of the Middle East*. New York: Seven Stories Press. *E-book*.
- OSBORNE, Samuel. 2015. Isis has started recruiting in China with a song in Mandarin. *The Independent*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2T7PFj1>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- OSBORNE, Samuel. 2017. Isis threatens China and vows to 'shed blood like rivers'. *The Independent*, London. Disponível em: <https://bit.ly/2HLRPnq>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- RASHID, Ahmed. 1995. *The resurgence of Central Asia: Islam or Nationalism?* Oxford: Oxford University Press.
- RASHID, Ahmed. 2010. *Taliban: militant Islam, oil and fundamentalism in Central Asia*. New Haven: Yale University Press. *E-book*.
- ROGGIO, Bill. 2015. Turkistan Islamic Party emir thought killed in 2010 reemerged to lead group in 2014. *The Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2wERiBv>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ROGGIO, Bill; WEISS, Caleb. 2016. Islamic Movement of Uzbekistan faction emerges after group's collapse. *The Long War Journal*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/38QemLs>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- SCHMID, Alex P. 2011. The problem of defining terrorism. In: SCHMID, Alex P. (ed.). *The Routledge Handbook of Terrorism Research*. London: Routledge. pp. 39-98.
- SHARIPZHAN, Merhat. 2015. IMU declares it is now part of The Islamic State. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, Prague. Disponível em: <https://bit.ly/2P8Kgez>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- SIDDIQUE, Abubakar. 2009. Sources claim IMU militant leader Yuldash killed. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, Prague. Disponível em: <https://bit.ly/2v4ArHF>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- STUDWORTH, John. 2018. China's hidden camps: what's happened to the vanished Uighurs of Xinjiang? *BBC*, London. Disponível em: <https://bbc.in/3bU97MN>. Acesso em: 24 out. 2018.
- WALKER, Edward W. 2003. Islam, Islamism and political order in Central Asia. *Journal of International Affairs*, v. 56, n. 2, pp. 21-41.
- WAN, William. 2014. Train station attack in restive region of China kills 3. *The Washington Post*, Washington, DC. Disponível em: <https://wapo.st/2IefGfG>. Acesso em: 20 ago. 2019.



- WEITZ, Richard. 2004. Storm clouds over Central Asia: revival of the Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)? *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 27, n. 6, pp. 505-530.
- WEITZ, Richard. 2014. The Shanghai Cooperation Organization: a fading star? *The Asan Forum*, Seoul. Disponível em: <https://bit.ly/32guzap>. Acesso em: 2 dez. 2017.
- WONG, Edward. 2014. China executes 3 over deadly knife attack at train station in 2014. *The New York Times*, New York. Disponível em: <https://nyti.ms/2TwidqD>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- XI JINPING. 2014a. *The governance of China*. Beijing: Foreign Languages. *E-book*.
- XI JINPING. 2014b. 习近平:扩大新疆少数民族到内地居住规模 [Expanding o tamanho das minorias de Xinjiang para o continente]. *Xinhuanet*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/32dmpQc>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- XI JINPING. 2017. Work together to build the silk road economic belt and the 21st Century Maritime Silk Road. *CGTN*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/3bWmoEL>. Acesso em: 14 maio 2017.
- XINJIANG. 2018. 新疆维吾尔自治区去极端化条例 [Regulamentos de desextremização da Região Autônoma Uigur de Xinjiang]. 观察者网, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/3bWoeFr>. Acesso em: 11 out. 2018.
- ZENN, Jacob. 2014. Turkistan Islamic party increases Its media profile. *The Central Asia-Caucasus Analyst*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/39RvzEy>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ZENN, Jacob. 2016. The IMU is extinct: what next for Central Asia's jihadis? *The Central Asia-Caucasus Analyst*, Washington, DC. Disponível em: <https://bit.ly/2SLAwcq>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- ZHIAN, Lu. 2019. Xinjiang serves as a model of human rights protection. *China Daily*, Beijing. Disponível em: <https://bit.ly/2Vd1Die>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- 新疆启动民族团结“结亲周” 百万干部职工分批下基层). 中新网 [Xinjiang começou a “Semana de Casamento” para a unidade nacional, com milhões de quadros e trabalhadores atuando nas bases]. 2017. *Chinanews*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/2uj6FhY>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- 访民情, 惠民生, 聚民心 [Visitando os costumes das pessoas, beneficiando as pessoas, reunindo os corações das pessoas]. 2019. *People.cn*, [S. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/37PzLDn>. Acesso em: 20 fev. 2019.



## **PANTURQUISMO EM XINJIANG E NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE O SEPARATISMO E A INTEGRAÇÃO**

VICTOR CARNEIRO CORRÊA VIEIRA

**Resumo:** A manutenção da estabilidade social tem sido considerada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) condição primordial para a manutenção de sua hegemonia nacional, porém, a repressão à minoria étnica uigur tem alimentado pleitos separatistas. Este artigo analisa o desenvolvimento do movimento radical islâmico na China e sua interação com outros grupos da Ásia Central e com a repressão estatal. Primeiro aborda o desenvolvimento da atuação extremista de grupos islâmicos na Ásia Central para, na segunda parte, analisar sua interação com o movimento separatista uigur; e, na terceira e quarta partes, discute as estratégias de desenvolvimento e repressão empregadas pelo PCCh para a dissuasão do ímpeto separatista. Conclui-se que o radicalismo islâmico da Ásia Central e os conflitos étnicos são fontes de instabilidade que podem ameaçar a integridade territorial e os projetos de integração chineses. Contudo, reprimir a cultura, religião e costumes uigures e banalizar o conceito de terrorismo pode provocar um efeito reverso ao esperado por parte do PCCh, estimulando a radicalização dos grupos separatistas.

**Palavras-chave:** Xinjiang; Panturquismo; Uigures; Ásia Central; Separatismo; Integração.

### ***PANTURKISM IN XINJIANG AND IN CENTRAL ASIA: BETWEEN SEPARATISM AND INTEGRATION***

**Abstract:** *The maintenance of social stability has been considered by the Communist Party of China (CPC) as a prime condition for maintaining its national hegemony, yet, repression of the Uyghur ethnic minority has fueled separatist movements. This paper analyzes the development of the radical Islamic movement in China and*

*its interaction with other groups in Central Asia and with state repression. First, it discusses the development of extremist activity by Islamic groups in Central Asia, hereafter, it analyzes their interaction with the Uighur separatist movement and the policies of development and repression addressed by the CPC as means to dissuade the separatist impetus. Central Asian Islamic radicalism and ethnic conflicts are shown to be sources of instability that may threaten the territorial integrity and integration projects of China. However, suppressing the Uighur culture, religion and customs and trivializing the concept of terrorism can have an effect other than expected on the part of the CPC, stimulating the radicalization of separatist groups.*

**Keywords:** *Xinjiang; Panturkism; Uyghurs; Central Asia; Separatism; Integration.*

**Recebido:** 25/04/2018

**Aprovado:** 30/08/2019